

RELATÓRIO ANUAL DA AVALIAÇÃO E DA AUDITORIA

2014



Ficha técnica

Título:

Relatório Anual da Avaliação e da Auditoria

Edição:

Gabinete de Avaliação e Auditoria
Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP
Ministério dos Negócios Estrangeiros

Data:

Março 2015

Contacto:

Av. da Liberdade, 192, 6º 1250-147 Lisboa
Tel. (351) 21 317 67 00

Website:

www.instituto-camoes.pt/

ÍNDICE

SIGLAS E ACRÓNIMOS	4
PREFÁCIO.....	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AVALIAÇÃO	6
3. PRODUÇÃO/REVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	9
4. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AUDITORIA.....	9
5. CONCEÇÃO DE DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS	12
6. ACOMPANHAMENTO DOS FORA INTERNACIONAIS EM MATÉRIA DE AVALIAÇÃO.....	13
7. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	13
8. CONTRADITÓRIO E SEGUIMENTO DAS AVALIAÇÕES.....	14
9. SEGUIMENTO DAS AUDITORIAS	14
10. AVALIAÇÕES CONCLUÍDAS EM 2014	15
11. RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS	17
12. CONCLUSÃO	18
ANEXOS	19

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ATP	Assistência Técnica Permanente
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CE	Comissão Europeia
DPFC	Divisão de Programação, Formação e Certificação
DSC	Direção de Serviços de Cooperação
EES	European Evaluation Society
EPE	Ensino Português no Estrangeiro
GAA	Gabinete de Avaliação e Auditoria
IDEAS	International Development Evaluation Association
IGDC	Inspeção Geral Diplomática e Consular
IGF	Inspeção Geral de Finanças
IP	Instituto Público
IPAI	Instituto Português de Auditoria Interna
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MINT	Ministério do Interior
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PAIPA	Programa de Apoio de Intensificação à Produção Alimentar
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIC	Programa Indicativo de Cooperação
PR	Procedimento
SIFID	Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento
TC	Tribunal de Contas
TdR	Termos de Referência
UE	União Europeia
UO	Unidades Orgânicas

Prefácio

A avaliação e a auditoria são duas ferramentas importantes para melhorar a eficácia e impacto da cooperação para o desenvolvimento. Elas são tanto mais importantes quanto as suas conclusões e recomendações, bem como as lições aprendidas, forem incorporadas nas intervenções em curso e/ou no processo de tomada de decisão sobre as intervenções futuras.

A existência de uma cultura de avaliação significa que a avaliação é entendida como parte integrante do ciclo de funcionamento de uma instituição e os seus resultados fornecem informação relevante para o planeamento, a programação, a conceção e implementação dos programas. A avaliação pode ajudar a compreender que políticas e intervenções são mais eficazes e apoiar a tomada de decisão. Pode dar um importante contributo para a aprendizagem/reflexão, a melhoria contínua e a prestação de contas/transparência.

A auditoria é um dos pilares da boa governação no setor público. As auditorias permitem mostrar se os recursos públicos são geridos de forma responsável e eficaz, ajudando igualmente a garantir a responsabilização e integridade, a melhorar as operações e a criar confiança entre os cidadãos.

O atual clima de restrições orçamentais torna a avaliação e a auditoria mais relevantes que nunca. É imperioso ser mais eficiente e eficaz na utilização dos recursos públicos.

O Relatório Anual da Avaliação e Auditoria constitui um documento que dá a conhecer as atividades da avaliação e auditoria contribuindo para a transparência na prestação de contas e para a divulgação dos resultados e ensinamentos, com o objetivo último de contribuir para o aumento da eficácia da nossa intervenção.

Manuela Afonso
Chefe do GAA

1. Introdução

A avaliação e a auditoria interna são funções fundamentais na medida em que através delas e das suas sinergias se pode contribuir para a melhoria contínua do desempenho organizacional e para a responsabilização e prestação de contas.

Este Relatório Anual fornece uma visão das atividades de avaliação e auditoria do Camões, I.P. relativamente a 2014. Sintetiza as atividades realizadas, não só de avaliação e de auditoria mas, também, o trabalho desenvolvido ao nível estratégico e de aprofundamento teórico e metodológico. Neste esforço inclui-se a elaboração de uma política de avaliação da cooperação portuguesa, com o objetivo de contribuir para uma cooperação mais eficaz que maximize a aprendizagem a partir das avaliações realizadas.

O objetivo deste relatório é não só sistematizar a informação disponível como, também, sintetizar os resultados, contribuindo para a partilha de conhecimento e a aprendizagem organizacional.

2. Implementação do Plano de Avaliação

O Plano trienal de avaliação (2013-2015) foi revisto e aprovado no início de 2014, no sentido de o ajustar às necessidades de informação das restantes unidades orgânicas do Camões, I.P. e à disponibilidade orçamental para a avaliação, tendo dado lugar ao Plano Trienal de Avaliação (2014-2016).

As atividades realizadas foram:

- **Avaliação do Programa de Apoio de Intensificação à Produção Alimentar - PAIPA (2008-2013):** a elaboração dos TdR iniciou-se em fevereiro de 2014, tendo-se concluído em junho, após discussão interna ao Camões, I.P.. Esta avaliação externa foi adiada para 2015 devido a restrições orçamentais quer à situação interna na Guiné-Bissau.
- **Avaliação do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT (Cooperação Delegada):** concluída a avaliação em dezembro de 2013, procedeu-se ao envio da Ficha do Contraditório aos diferentes detentores de interesse, agregação dos contributos e sua divulgação no site do Camões, I.P..
- **Avaliação ao Programa de Cooperação para a Capacitação Laboratórios de Engenharia Civil dos PALOP (2002-2013):** Os resultados desta avaliação, iniciada em novembro de 2013, foram apresentados e discutidos apenas em novembro de 2014. O atraso da avaliação ficou a dever-se à necessidade de aguardar a tomada de posse do novo governo da Guiné-Bissau e, por

consequente, ao adiamento do trabalho de campo naquele país parceiro. A Equipa de Avaliação procedeu à entrega do respetivo Relatório Final em dezembro 2014.

- **Avaliação do Projeto ESCOLA+ - Dinamização do Ensino Secundário em São Tomé e Príncipe:** concluída a avaliação em finais de 2013, tendo sido preenchida a Ficha do Contraditório, em janeiro, e enviada a Ficha de Seguimento aos diferentes detentores de interesse em dezembro.
- **Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação Portugal – Moçambique (2011-2014):** foi elaborada uma proposta de TdR, tendo por base um trabalho de consulta interna iniciado em março de 2014. Seguindo o exemplo de outras avaliações de PIC, Portugal propôs às autoridades moçambicanas a realização de uma avaliação conjunta, cujo interesse foi confirmado por aquelas autoridades em novembro e estabilizada a equipa de avaliação devendo a avaliação decorrer em 2015.
- **Avaliação do Programa Mós Bele – Cluster da Cooperação Portuguesa em Timor-Leste (2008-2014):** a elaboração dos TdR para a avaliação deste programa decorreu no 2º semestre de 2014. O programa surgiu no âmbito do PIC com Timor-Leste (2007-2010). Dado tratar-se de uma avaliação externa foi necessário proceder a um processo de contratação pública. A avaliação irá decorrer durante o 2º semestre de 2015.
- **Preparação do Exame do CAD/OCDE à cooperação portuguesa:** foi preparado um documento enquadrador, incluindo a tradução para português do Guia de Referência para elaboração do Memorando da Ajuda. Foram realizadas, conjuntamente com a Direção de Serviços de Cooperação (DSC), duas sessões de apresentação do processo e da abordagem a seguir em relação a este exercício: uma sessão de apresentação interna, em maio, dedicada aos colaboradores do Camões, I.P. e, em dezembro, uma sessão de apresentação dirigida aos ministérios setoriais.
- **Avaliação do processo de certificação no Ensino de Português no Estrangeiro:** em articulação com a Divisão de Programação, Formação e Certificação (DPFC) do Camões, I.P., foi dado início aos preparativos para uma análise do processo de certificação da rede EPE cujo estudo está calendarizado para 2015.
- **Avaliação Conjunta do PIC de Cabo Verde (2012-2015):** Iniciada a elaboração dos TdR, estando a avaliação prevista para 2015.
- **Avaliação do contributo da SOFID para a promoção do desenvolvimento dos países parceiros:** Iniciados os trabalhos e contactos subjacentes à elaboração do TdR, estando a avaliação prevista para 2015.

- **Implementação das Recomendações do Peer Review da OCDE sobre Corrupção:** na sequência do exame da OCDE à implementação da Convenção da OCDE sobre Corrupção de Agentes Públicos Estrangeiros nas Transações Comerciais em 2013, foram atribuídas recomendações ao Camões, I.P. cuja implementação foi objeto de análise profunda durante o ano de 2014 e elaboração de algumas propostas para a sua execução.
- **Ações de formação:** foi realizada uma ação de formação interna, no dia 3 de abril sobre “Avaliação na Gestão Centrada nos Resultados”, destinada aos técnicos das restantes unidades orgânicas.
- **Bolsa de Avaliadores:** durante o ano 2014 procedeu-se à atualização da bolsa de avaliadores.

Quadro 1. Implementação do Plano de Avaliação em 2014

Ações Previstas	Realizadas	Em curso/ parcialmente realizadas	Não Realizadas
Avaliação da cooperação portuguesa com os Laboratórios de Engenharia Civil dos PALOP (2002-2012)/Relatório Final	✓		
Avaliação do Programa de Intensificação da Produção Alimentar na Guiné-Bissau (PAIPA)		✓	
Avaliação do Programa Indicativo de Cooperação Portugal – Moçambique (2011-2014)		✓	
Avaliação do Programa Mós Bele – Cluster da Cooperação Portuguesa em Timor-Leste (2008-2014)/Elaboração dos TdR	✓		
Avaliação do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT - Moçambique (Cooperação delegada com a UE) / envio da Ficha do Contraditório	✓		
Avaliação do Projeto Escola + em São Tomé e Príncipe (2009-2013) / Ficha de Seguimento	✓		
Avaliação Conjunta do PIC de Cabo Verde (2012-2015)		✓	
Avaliação do contributo da SOFID para o desenvolvimento dos países parceiros		✓	
Avaliação do processo de certificação no Ensino de Português no Estrangeiro		✓	
Preparação do Exame do CAD/OCDE à cooperação portuguesa	✓		
Implementação das Recomendações do Peer Review da OCDE sobre Corrupção	✓		
Ação de formação interna - Avaliação na Gestão Centrada nos Resultados	✓		

Relativamente ao Plano inicialmente previsto, não foram iniciadas as seguintes avaliações: Apoio ao Ensino Superior em Timor-Leste; Apoio à Comunicação Social em Timor-Leste; ENED.

É, ainda, de referir o apoio metodológico dado à elaboração de indicadores para o novo documento de projeto do Saber + em Angola.

3. Produção/revisão de documentação técnica

A produção de informação técnica em português é uma preocupação do GAA no sentido de criar uma linguagem e prática de avaliação que promova uma cultura de avaliação entre atores e detentores de interesse da cooperação para o desenvolvimento. Inclui, igualmente, a tradução para português de documentação considerada relevante nesta área. Assim, em 2014 foram produzidos/revistos os seguintes documentos:

- **Guia de Avaliação:** foi concluída a revisão deste documento orientador, estando disponível no *site* do Camões, I.P..
- **Tradução de documentos:** foi realizada a tradução para português dos seguintes documentos do CAD sobre avaliação, encontrando-se os mesmos disponíveis no site do Camões, I.P. e da OCDE:
 - ✓ *Evaluating Development Activities – 12 lessons from OECD DAC - Avaliar as Atividades de Desenvolvimento – 12 Lições do CAD da OCDE*
 - ✓ *DAC Evaluation Principles – Princípios para a Avaliação da Ajuda ao Desenvolvimento, CAD*Foi, ainda, iniciada a tradução do seguinte documento do CAD/OCDE:
 - ✓ *Evaluating Peacebuilding Activities in Settings of Violent Conflict and Fragility – Improving Learning for Results*
- **Processo de Planeamento da Avaliação:** com o objetivo de rever e estruturar o processo de planeamento da avaliação foi elaborado o procedimento “Processo de Planeamento da Avaliação” no primeiro trimestre 2015. No âmbito do processo de certificação da qualidade, este documento foi integrado no PR19 – Avaliação.
- **Revisão dos documentos orientadores da avaliação e da auditoria:** foram revistos os documentos orientadores da avaliação e da auditoria para os adequar ao sistema de gestão da qualidade tendo os mesmos sido integrados nos PR18- Auditoria e Gestão do Risco e PR19-Avaliação.

4. Implementação do Plano de Auditoria

No âmbito do Plano de Auditoria de 2014 foram realizadas as seguintes atividades:

- **Acompanhamento do Plano de Gestão de Risco 2013-2015 e do Plano de Gestão do Risco de Corrupção e Infrações Conexas (2013-2014):** o acompanhamento da implementação anual destes dois Planos foi terminado em dezembro de 2013 tendo sido aprovado em fevereiro de 2014;
- **Integração do Plano de Gestão do Risco 2013-2015 com o Plano de Gestão do Risco de Corrupção e Infrações Conexas 2013-2014:** trabalho realizado em articulação com as restantes unidades orgânicas (UO) do Camões, I.P. com vista à criação de um documento único para o período 2015-2017, tendo como objetivo uma maior racionalidade e eficiência.
- **Questionários de Satisfação dos utilizadores externos e colaboradores:** o GAA procedeu à elaboração dos questionários de satisfação dos utilizadores externos e dos colaboradores do Camões, I.P. bem como ao tratamento dos dados; foram também elaborados os respetivos relatórios de análise das respostas dadas.
- **Seguimento da auditoria da Comissão Europeia (CE) para efeitos de Certificação do Camões, I.P.:** esta auditoria, realizada em 2013, visou a certificação do Camões, I.P., para a gestão centralizada indireta de recursos financeiros da CE. Em 2014, o GAA fez o seguimento das recomendações emanadas da referida auditoria tendo preparado o respetivo reporte à CE.
- **Acompanhamento das auditorias externas da Inspeção-Geral Diplomática e Consular (IGDC):** foi articulada a resposta das unidades orgânicas e preparada a resposta aos pedidos de informação solicitados pela IGDC, nomeadamente: (i) 3 pedidos de informação a serviços de Embaixadas portuguesas (Argélia, Roménia e Senegal; Canadá e EUA; Consulado Geral em Genebra); (ii) 3 inspeções ordinárias (Argel, Banguécoque e Belgrado) e, (iii) 1 auditoria financeira (Banguécoque). Foi, ainda, dada resposta ao questionário de autoavaliação do risco de controlo interno enviado pela IGDC.
- Acompanhamento parcial da **Auditoria do Tribunal de Contas** ao Camões, I.P., iniciada em 2013.
- Iniciado o processo de **auditoria interna a projetos de cooperação**, cuja execução teve lugar em países onde não existe qualquer estrutura de coordenação da cooperação portuguesa, dando seguimento a uma recomendação da IGDC.

- **Auditoria Interna à situação Contributiva dos Agendes de Cooperação** – foi concluída a auditoria interna solicitada pelo Conselho Diretivo, tendo sido apresentado o respetivo relatório.
- A **auditoria interna à segregação de funções na área financeira**, prevista no plano de auditoria, não foi realizada, face à sobrecarga de auditorias à gestão financeira durante 2014 (TC, IGDC, IGF) e à atribuição de novas tarefas ao GAA (gestão da qualidade).
- Levantamento das **medidas de modernização administrativas** para implementação do DL 74/2014, de 13 de maio (republicação do DL 135/99 de 22 de abril), dando resposta a uma solicitação da Secretaria Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- **Gestão da Qualidade/Certificação ISO 9001-2008** – a Chefe de Divisão do GAA foi nomeada gestora da qualidade. Neste âmbito, foram coordenadas todas as atividades inerentes ao processo de preparação/criação do Sistema de Gestão da Qualidade no Camões, I.P.. Foram realizadas ações de formação a técnicos do Camões, I.P, sobre os “conceitos de qualidade” (maio) e sobre “metodologia de realização de auditorias internas” (junho e outubro). Em novembro foi realizada uma ação de formação sobre o Sistema de Gestão da Qualidade dirigida a todos os trabalhadores do Camões, I.P. Foi dado apoio no levantamento subjacente à elaboração dos Procedimentos (PR) de cada área de atividade bem como das áreas transversais (21 PR no total) e respetivos modelos, codificados os modelos institucionais e elaborado o Manual da Qualidade do Camões, I.P.
- **Plano Anual de Auditoria 2015:** foi elaborado o Plano de Auditoria para 2015, o qual identifica as atividades de auditoria a realizar, nomeadamente, o acompanhamento das auditorias dos órgãos de controlo externo e CE, o acompanhamento do Plano de Gestão do Risco, os inquéritos de satisfação aos destinatários da missão do Camões, I.P. e dos colaboradores da sede. O Plano prevê, ainda, a realização de auditorias internas na rede de serviços no quadro da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade do Camões, I.P.

Quadro 2. Implementação do Plano de Auditoria em 2014

Ações Previstas	Realizadas	Em curso	Não Realizadas
Plano de Gestão de Risco 2013-2015 (acompanhamento)	✓		
Plano de Gestão do Risco de Corrupção e Infrações Conexas 2013-2014 (acompanhamento)	✓		

Integração do Plano de Gestão do Risco 2013-2015 com o Plano de Gestão do Risco de Corrupção e Infrações Conexas 2013-2014	✓	
Questionários de Satisfação aos Utilizadores Externos e aos Colaboradores 2013	✓	
Seguimento da auditoria da CE	✓	
Acompanhamento de outras auditorias externas (TC, IGDC)	✓	
Auditoria Interna à situação Contributiva dos Agendes de Cooperação	✓	
Auditoria interna à segregação de funções na área financeira		✓
Auditoria Interna a projetos de cooperação		✓
Levantamento das medidas de modernização administrativas	✓	
Gestão da Qualidade/Certificação ISO 9001-2008		✓
Plano Anual de Auditoria 2015	✓	

5. Conceção de documentos estratégicos

No âmbito da conceção de documentos estratégicos na área da avaliação e auditoria é de referir:

- **Política de Avaliação:** foi elaborado um documento que define a Política de Avaliação para a cooperação portuguesa, estabelecendo os princípios orientadores e explicitando os conceitos, as finalidades, o processo de planeamento; os critérios de seleção das avaliações bem como o papel e responsabilidades dos diferentes atores da cooperação portuguesa tendo subjacentes os princípios e normas internacionalmente definidos para a avaliação. No sentido de criar uma cultura de avaliação entre os diferentes atores da cooperação portuguesa, este documento deverá ser partilhado e discutido com todos os atores relevantes de modo a promover a sua apropriação e fortalecer o papel da avaliação no ciclo das intervenções.
- **Gestão Centrada nos Resultados:** em Junho 2014 foi elaborado um documento de enquadramento genérico sobre “gestão centrada nos resultados” indo ao encontro da sua importância e adoção recomendada no último Exame do CAD (2010).
- **Estratégia de apoio à investigação:** documento elaborado conjuntamente com o GDC com o objetivo de definir uma estratégia de apoio à investigação para fortalecer a capacidade de investigação e produzir conhecimento nas temáticas relacionadas com o desenvolvimento, quer

nos países parceiros, quer em Portugal, contribuindo dessa forma para melhorar a qualidade e eficácia da cooperação portuguesa nos países parceiros. O documento encontra-se para discussão interna.

6. Acompanhamento dos fora internacionais em matéria de avaliação

No âmbito do acompanhamento dos **Peer-Reviews do CAD/OCDE**, foram enviados contributos para a Missão de Portugal junto da OCDE relativos aos exames do CAD que tiveram lugar em 2014 (Itália, Japão, Reino Unido e Áustria).

Os principais **fora internacionais** relacionados com a avaliação da ajuda ao desenvolvimento de que o Camões, I.P. faz parte são a Rede de Avaliação do CAD e o Grupo dos Chefes dos Serviços de Avaliação da UE. Em 2014, o GAA participou nas duas reuniões da **Rede de Avaliação do CAD** (16^a em fevereiro e 17^a em novembro), em Paris, e, conjuntamente e com a Direção de Serviços de Cooperação, num seminário, em Bruxelas, promovido pela Comissão Europeia sobre a **gestão centrada nos resultados** (junho).

Além disso, é membro da *European Evaluation Society* (EES) e da *International Development Evaluation Association* (IDEAS), o que possibilita o acesso a informação relevante no domínio da avaliação, a aprendizagem e partilha de conhecimentos e estar a par das principais tendências internacionais em matéria de avaliação do desenvolvimento.

7. Comunicação e Divulgação

Seguindo as **Diretrizes para a Divulgação e Assimilação de Ensinaamentos da Avaliação**¹, realizou-se uma reunião de apresentação dos resultados da avaliação em curso (quadro 4).

Quadro 4. Reuniões de apresentação de resultados da avaliação

Reuniões de Apresentação	Data	Local
Avaliação do Cooperação Portuguesa com os Laboratórios de Engenharia Civil dos PALOP (2002-2012)	Novembro	Lisboa

¹ http://c1.camoes.cdn.cloudapp.pt/images/cooperacao/docs_basic_aval07.pdf

8. Contraditório e Seguimento das Avaliações

Quanto ao contraditório e seguimento dos resultados das avaliações realizadas, e de acordo com as Diretrizes para a Divulgação e Utilização das Avaliações², o GAA procedeu ao envio da Ficha do Contraditório da Avaliação do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT-Moçambique (Quadro 5). A análise desta ficha permite aferir o nível de aceitação das recomendações o que permite conhecer a relevância e utilidade dos resultados das avaliações. O nível de aceitação das recomendações pelos diferentes destinatários foi muito elevado (88%), tendo apenas uma sido parcialmente aceite (12%) (quadro 6).

Quadro 5. Fichas do Contraditório

Ficha do Contraditório	Envio
Avaliação do Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT-Moçambique (cooperação delegada)	Janeiro

Quadro 6. Nível de Aceitação das Recomendações

Avaliação	Aceites		Parcialmente Aceites		Não Aceites		Total	
Avaliação da Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do MINT- Moçambique (Cooperação delegada)	7	88%	1	12%	-	-	8	100%

No que diz respeito ao nível de implementação das recomendações relativas à avaliação cuja ficha de seguimento foi enviada em 2014, verificou-se que 86% das recomendações que tinham sido aceites foram implementadas, enquanto 14% não o foram conforme explicitado no quadro 7.

Quadro 7. Nível de Implementação das Recomendações

Avaliação	Implementadas		Parcialmente Implementadas		Não Implementadas		Total
Avaliação ao Projeto Escola+ / São Tomé e Príncipe (2009-2013)	19	86%	-	-	3	14%	22

9. Seguimento das Auditorias

O grau de implementação das recomendações das auditorias externas situou-se nos 91,7% (quadro 3).

² http://c1.camo.es.cdn.cloudapp.pt/images/cooperacao/docs_basic_aval07.pdf

Quadro 3. Grau de Implementação das Recomendações da Auditoria

Auditoria	Implementadas		Parcialmente Implementadas		Não implementadas		Total
Inspeção-Ordinária à Embaixada de Portugal em Argel	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1
Auditoria Financeira e Inspeção Ordinária à Embaixada de Portugal em Banguecoque	39	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	39
Inspeção-Ordinária à Embaixada de Portugal em Belgrado	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1
Auditoria da União Europeia	3	42,9%	0	0,0%	4	57,1%	7
Total	44	91,7%	0	0,0%	4	8,3%	48

10. Avaliações Concluídas em 2014

AVALIAÇÃO AO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO PARA CAPACITAÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE ENGENHARIA CIVIL DOS PALOP (2002-2013)

Realizada por: Quaternaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento SA.

Os primeiros convénios de cooperação entre laboratórios de engenharia civil de Portugal e dos PALOP datam de 1977. Na década de 80, foram estabelecidos novos acordos tendo levado à formação de uma comunidade técnico-científica naquela área. O “Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia Civil dos PALOP” assenta em Convénios bilaterais sem limite de duração, assinados entre o LNEC e as entidades homólogas dos PALOP: Laboratório de Engenharia de Angola (LEA), Laboratório de Engenharia de Cabo Verde (LEC), Laboratório de Engenharia da Guiné-Bissau (LEGUI), Laboratório de Engenharia de Moçambique (LEM) e Laboratório de Engenharia de São Tomé e Príncipe (LECSTP). O Programa tem como objetivo global: (i) o reforço da capacidade de intervenção dos 5 Laboratórios de Engenharia dos PALOP no controlo da qualidade no domínio da Engenharia Civil e dos Materiais de Construção e, (ii) como objetivo específico, dotar as estruturas dos países com pessoal qualificado em diferentes domínios da engenharia civil relacionados com obras públicas, através da realização de ações de formação em Portugal (estágios e participação em Simpósios/Conferências) e nos PALOP (cursos de formação de curta duração e missões específicas de assistência técnica) com vista à sustentabilidade, credibilidade e reconhecimento das suas capacidades técnicas.

O fornecimento de equipamento e documentação tem sido outra das componentes do programa de cooperação. A coordenação/execução das ações foi gerida pelo LNEC, com o cofinanciamento do organismo que tutelava a cooperação portuguesa, sendo mais de metade do financiamento assegurada pelo LNEC, através dos encargos relativos ao tempo de trabalho dos seus investigadores e experimentadores, e pelos LabPALOP. A integração do Programa na CPLP, em 2008, teve como objetivo contribuir para a sua consolidação, potenciando o alargamento a outros países daquela Comunidade, com resultados benéficos para todas as partes, tendo o último programa de ação sido iniciado em outubro de 2011.

Objetivo

Este estudo de avaliação destina-se a apreciar o contributo da Cooperação Portuguesa, através do Programa em análise, para a aquisição e desenvolvimento sistemático, pelos laboratórios de engenharia civil dos PALOP (LabPALOP), de meios e competências que resultem em melhoria sustentada do seu desempenho. Numa perspetiva mais ampla,

está também em avaliação a forma como o Programa concretizou, ao longo do tempo, os objetivos e os princípios da Cooperação Portuguesa (e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP). Este Programa opera num setor e em territórios de grande importância para a economia e para as relações internacionais portuguesas e, apesar da sua pequena dimensão financeira, pode constituir um interessante caso de estudo sobre práticas de cooperação para o desenvolvimento. A análise incide sobre a última década da implementação do Programa (2002/2003 a 2012/2013).

Conclusões:

Em termos muito gerais, a avaliação entende que este é um Programa que opera num domínio de grande relevância para os países envolvidos e que tem a grande virtude de assentar num modelo que favorece a multilateralidade da Cooperação, entendida como de parceria numa comunidade de práticas, e a apropriação pelos beneficiários dos diversos aspetos do processo. Tem, portanto, grande potencial para se assumir como duplamente relevante: para um setor específico do desenvolvimento social e económico e para a consolidação institucional e a boa governação nos países africanos. Os resultados alcançados em termos de capacitação dos LabPALOP dependeram sobretudo de dois fatores: (i) os que estão relacionados com os contextos locais, historicamente marcados por instabilidade política e social, e (ii) os que estão relacionados com alguma limitação de âmbito das atividades desenvolvidas, que se dirigem essencialmente à qualificação de recursos humanos, não atendendo com a mesma intensidade a outras dimensões da capacitação (tecnológica ou organizacional, por exemplo). A avaliação identifica um conjunto de domínios que carecem de revisão ou de uma nova abordagem para garantir melhores condições de eficácia ao Programa em si e ao processo de capacitação do LabPALOP de forma mais lata. Esses domínios são:

- o da programação, que exige uma maior consistência nos diagnósticos e definição estratégica ao nível de cada um dos laboratórios e a construção de um quadro de referência com objetivos e metas mais explícitas para o Programa a médio-longo prazo;
- o da implementação, devendo ser acelerada a passagem do modelo quase exclusivamente centrado nos recursos e competências do LNEC para um modelo que optimize as condições logísticas e de know-how que outros laboratórios da rede podem oferecer;
- o da monitorização e avaliação, que é um dos aspetos mais deficitários no período em análise, o que impede uma leitura mais consistente dos resultados e impactos já alcançados; e
- o do enquadramento, em que às entidades participantes, à CPLP e às autoridades nacionais dos países envolvidos, muito especialmente às que tutelam a Cooperação Portuguesa, se pede um verdadeiro esforço no sentido de garantir um quadro proactivo de relações – ao nível de cada um dos laboratórios, no contexto do setor e da sociedade em que estão inseridos, no envolvimento de todos os atores pertinentes da Cooperação e na articulação com outros doadores.

Recomendações da avaliação

Foram identificadas as seguintes recomendações:

- Aprofundar um modelo multilateral para o Programa, intensificando a utilização de recursos e competências de outros laboratórios participantes, nos casos em que estes forem reconhecidos pela comunidade.
- Promover processos de planeamento estratégico e operacional das organizações (LabPALOP) que integram a rede.

- Criar um sistema de monitorização adequado e melhorar os mecanismos de acompanhamento e avaliação do Programa.
- Realizar o planeamento do Programa para um período alargado, tendo como base os planos estratégicos de cada LabPALOP e os recursos disponíveis na rede e apoios de APD ou outros.
- Alargar o âmbito das atividades e ajustá-las a cada caso concreto, no quadro de algumas áreas de competência do LNEC que são emergentes em alguns PALOP e incorporar novos domínios técnicos da capacitação, fora do âmbito da missão e das áreas de competência até agora assumidas pelo LNEC.
- Promover processos sistemáticos de difusão e consolidação interna das competências adquiridas em cada LabPALOP.
- Reforçar o envolvimento e a participação de outras entidades em cada PALOP nas ações do Programa (seminários e formação), assumindo este como um instrumento de afirmação dos LabPALOP no respetivo contexto nacional.
- Desenvolver esforços no sentido de robustecer as condições de apoio financeiro ao Programa.
- Incorporar na comunidade outras entidades para transferência de competências aos LabPALOP em domínios de capacitação técnicos ou transversais.
- Alargar, formalmente, o âmbito do Programa à CPLP, admitindo a entrada de outros países/laboratórios, desde que se comprometam na mesma lógica de trabalho.

11. Recursos financeiros e humanos

Em 2014, o orçamento inicial para as atividades do GAA, era de 95.090,00 € (quadro 7). A Execução situou-se nos 44.124,00€, o que representa uma taxa de execução de 46 %.

Quadro 7. Orçamento das atividades do GAA

2014	Orçamento inicial	Orçamento executado
Avaliação LNEC PALOP	40.590,00 €	40.590,00
Avaliação PIC Moçambique	10.000,00 €	0
IDEAS (International Development Evaluation Association)	500,00 €	500,00
Sociedade Europeia de Avaliação	1.200,00 €	1.200,00
Participação em Reuniões	2.500,00 €	1.534,00
IPAI	300,00 €	300,00
Avaliação PAIPA	40.000,00 €	0
Total	95.090,00	44.124,00

A equipa do GAA foi reforçada com um técnico superior, passando a ser constituída por um chefe de divisão e cinco técnicos superiores.

12. Conclusão

À semelhança do ano anterior, do trabalho desenvolvido em 2014 continuaram a ressaltar os seguintes **aspetos positivos**:

- A preparação e realização de avaliações possibilitaram o aprofundamento do conhecimento metodológico e a partilha de experiências com avaliadores e outros peritos em diferentes áreas de interesse temático;
- A experiência entretanto adquirida e a partilha de conhecimentos no quadro da Rede de Avaliação do CAD permitiram o aprofundamento das ferramentas de avaliação;
- Há uma crescente atenção atribuída aos resultados das avaliações, por parte dos diferentes intervenientes, visível no nível de aceitação e implementação das recomendações propostas. Contudo, e à semelhança de outras agências, há ainda espaço para melhorar o nível e utilização/incorporação dos resultados da avaliação nos processos de tomada de decisão – a forma como isto poderá ser potenciado é um dos tópicos de discussão no seio da Rede de avaliação do CAD/OCDE e da UE;
- A gestão do risco foi reforçada, com forte envolvimento de todas as UO;
- A gestão da qualidade permitiu rever procedimentos e melhorar processos, introduzindo alterações no sentido de uma maior eficácia e qualidade do trabalho das UO.

Os **principais constrangimentos** sentidos continuam a ser:

- Disponibilidade orçamental, colocando em causa a realização de algumas das atividades programadas, nomeadamente as avaliações externas;
- Lacunas ao nível da capacidade técnica em auditoria interna.

Apesar dos progressos registados, continua a constituir um desafio na área da avaliação o seu alargamento à área da língua e cultura. A operacionalização do Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa e a Parceria Global para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz constituem outros desafios igualmente importantes em matéria de avaliação.

Em matéria de auditoria os desafios continuam a colocar-se tanto ao nível do aprofundamento da capacitação técnica como da capacidade de o GAA apoiar as restantes UO do Camões, I.P. na implementação de um sistema de controlo interno que permita maximizar os recursos humanos e financeiros, aumentando a eficácia e eficiência do seu funcionamento.

ANEXOS

FICHA DO CONTRADITÓRIO

AValiação A MEIO PERCURSO AO PROJETO DE APOIO INSTITUCIONAL AO MINISTÉRIO DE INTERIOR DE MOÇAMBIQUE (MINT)

Dezembro de 2013

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ³	ACEITE OU REJEITADA ⁴	EXPLICAÇÃO ⁵
1. Garantir que todas as ações previstas no 2º PA sejam implementadas nos prazos previstos.	Camões, I.P. (DSC)	Aceite	Nota: muitos prazos não foram cumpridos e ações não estão a ser implementadas por motivos alheios ao Camões, I.P.
	MINT/ATP	Parcialmente Aceite	Como recomendação é aceite, no entanto, admite-se que em algumas ações, ainda que implementadas possam não atingir a totalidade dos seus objetivos.
2. Manter a equipa de ATP estável até à conclusão do Projeto.	Camões, I.P.	Aceite	-
	MINT	Aceite	O MINT garante a presença do seu representante na ATP.
3. Manter os Pontos Focais e os responsáveis por Resultado, reforçando por essa via a apropriação do Projeto.	MINT	Aceite	O MINT garante a permanência dos seus pontos focais e responsáveis por resultados no Projeto
	Camões, I.P. (DSC)	Aceite	-
4. Garantir que as assessorias a implementar se desenvolvem em estreita parceria com os serviços a que se destinam e que sejam adequadas à realidade moçambicana.	MAI (DGAI)	Aceite	-
	MINT/ATP	Aceite	Esta recomendação reflete preocupações que se verificaram numa fase inicial do Projeto e não no momento atual. O envolvimento dos serviços deste

³ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

⁴ Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

⁵ No caso de aceitação, dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ³	ACEITE OU REJEITADA ⁴	EXPLICAÇÃO ⁵
<p>5. Garantir a sustentabilidade do Projeto através da apropriação dos resultados a todos os níveis, assegurando que os recursos humanos exercem funções nos serviços em que foram capacitados e aplicam os conhecimentos adquiridos.</p>	<p>MIINT</p>	<p>Aceite</p>	<p>Ministério é ativo e os produtos desenvolvidos pelas assessorias adequados não só à realidade nacional como às necessidades identificadas, havendo inclusive ajustamentos pontuais para que isso aconteça.</p> <p>Aparte a mobilidade natural que existe em todos os serviços públicos de todos os Estados, o princípio de fundo é aproveitar e replicar os conhecimentos adquiridos na área da capacitação recebida.</p>
<p>6. Reforçar a apropriação, debatendo, aprovando e implementando os documentos produzidos no âmbito das assessorias para os vários serviços do MIINT.</p>	<p>MIINT</p>	<p>Aceite</p>	<p>Em tudo o que não implique alterações profundas à legislação vigente ou articulação com outras áreas, todos os materiais produzidos serão tomados como base para o funcionamento futuro. Estes materiais são produzidos aliás em estreita articulação com os serviços pertinentes.</p>
<p>7. Repensar o modelo de gestão no Camões, IP no sentido de responder de modo mais eficaz aos desafios da cooperação delegada.</p>	<p>Camões, I.P.</p>		<p>-</p>

FICHA DE SEGUIMENTO

AValiação DO PROJETO ESCOLA+ DINAMIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2009-2013)

RECOMENDAÇÕES		SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶	ACEITE OU REJEITADA ⁷	JUSTIFICAÇÃO ⁸	SEGUIMENTO ⁹
À COOPERAÇÃO PORTUGUESA					
<p>1. Prosseguir a dinamização do ES e deste modo contribuir para fortalecer e consolidar a língua portuguesa como instrumento de cooperação, mediante o financiamento de uma segunda fase do Projeto.</p>	DSC/DAB	Aceite	O CICL reconhece a importância da continuidade deste projeto e acordou com o IMVF um novo ciclo (em curso). Por força dos constrangimentos orçamentais o novo projeto não terá a abrangência desejada centrando-se sobretudo na capacitação dos professores.	Realização de ações de formação para os docentes são-tomenses: 2 edições de Didática Geral, 2 edições de Práticas de Escrita e uma edição das 11 disciplinas do ensino secundário (estas estão em curso).	
	IMVF	Aceite		Em Setembro de 2013 arrancou a segunda fase do projeto Escola+, fase II. Não aparecendo como um eixo específico de intervenção do projeto, é reconhecida a importância da língua portuguesa como um fim e como um instrumento de aprendizagem. É assim que, no âmbito da formação contínua têm vindo a ser realizadas ações de formação em práticas de escrita, envolvendo não apenas os professores de língua portuguesa, mas também os professores de outras disciplinas. No ano letivo 2013/ 2014 foram realizadas quatro ações de formação em Práticas de Escrita I, com uma duração de 25 horas cada. 73 professores concluíram com sucesso a formação, de um total	

⁶ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação

⁷ Recomendação aceite ou rejeitada.

⁸ Justificação do serviço/organismo responsável por implementar a recomendação.

⁹ Explicar o que foi feito no último ano para implementar a recomendação.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶	ACEITE OU REJEITADA ⁷	JUSTIFICAÇÃO ⁸	SEGUIMENTO ⁹
				de 82 inscritos. No início do ano letivo 2014/15 esta ação de formação foi reeditada, tendo 47 professores concluído com sucesso a formação.
<p>2. Definir com rigor os domínios a financiar por Portugal e aqueles que deverão ser financiados por outros doadores, dada a grande abrangência do Projeto Escolar+.</p>	<p>DSC/DAB IMVF / GAP +</p>	<p>Rejeitada Rejeitada</p>	<p>Compete às autoridades são-tomenses angariar financiamento para os domínios que a CP não financia. Alguns domínios estão interligados, dependendo uns dos outros. Algumas mudanças pedagógicas só são viáveis com adaptações nas infraestruturas.</p>	-
<p>3. Manter o nível de apoio à dinamização do ensino secundário de S. Tomé e Príncipe, dando prioridade à consolidação da revisão curricular e ao desenvolvimento das competências profissionais dos professores.</p>	<p>DSC/DAB</p>	<p>Aceite</p>	<p>Estas vertentes estão contempladas no novo projeto já em curso.</p>	<p>Os professores portugueses, em equipa com os metodólogos do Ministério da Educação de STP, realizam sessões de apoio aos docentes são-tomenses, nas escolas, tendo em vista assegurar, entre outras coisas, a aplicação das alterações decorrentes da revisão curricular.</p>
	<p>IMVF</p>	<p>Aceite</p>	<p>Com a validação da <i>Carta de Política Educativa para São Tomé e Príncipe</i> (que define novas metas para o ensino secundário, quer ao nível do acesso, quer ao nível da garantia de qualidade), a equipa de coordenação do <i>Escola +</i> avançou com a elaboração de um <i>Plano Operacional para o Ensino Secundário</i> que procurou identificar um conjunto de propostas que pudessem materializar os objetivos consignados na referida Carta. Este Plano foi oportunamente partilhado com o Ministério da tutela são-tomense e com o Camões-ICL. Com base no mesmo, o IMVF avançou com uma proposta de continuidade do projeto <i>Escola +</i></p>	<p>Quer a consolidação da revisão curricular, quer o desenvolvimento das competências dos professores têm vindo a ser prosseguidos através da atividade de formação contínua. No ano letivo de 2013/ 2014, para além das ações de formação em práticas de escrita, ainda no âmbito da atividade de formação contínua, foram desenvolvidas ações de formação em didática geral tendo em vista o desenvolvimento e reforço de competências e estratégias pedagógicas mais adequadas aos conteúdos programáticos introduzidos pela revisão curricular. Foram realizadas cinco ações de</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶	ACEITE OU REJEITADA ⁷	JUSTIFICAÇÃO ⁸	SEGUIMENTO ⁹
			<p>no âmbito da qual identificou as prioridades de intervenção para a efetiva consolidação e apropriação da reforma do ensino secundário. Contudo, por indisponibilidade financeira da cooperação portuguesa, a referida proposta teve que ser revista, tendo sido necessariamente retirada - nesta segunda fase - a abertura de novas licenciaturas (enquadrada no eixo de reforço de competência dos professores), bem como o reforço do Parque Escolar. De referir que, mesmo o apoio previsto para a capacitação do Ministério teve que ser redimensionado e remetido para o segundo ano de projeto por indisponibilidade financeira no primeiro (2013-2014).</p> <p>Contudo, importa reforçar que, a responsabilidade da consolidação e efetiva apropriação da Reforma do Ensino Secundário ultrapassa em larga medida o Escola +/- a Cooperação Portuguesa, sendo da responsabilidade direta do Ministério da tutela são-tomense garantir o seu reforço, recorrendo a meios e recursos próprios e a financiadores / parceiros complementares.</p>	<p>formação em Didática Geral, com um total de 50 horas cada. 85 professores concluíram com sucesso a formação.</p> <p>No início do ano letivo 2014/2015 apoiou-se a reedição da ação de formação em práticas de escrita, em didática geral estando previsto para o segundo período o início das ações de formação específica por disciplina. Estas ações de formação específica incidem na aquisição e atualização de conhecimentos associados à didática da disciplina e no desenvolvimento de novas competências e atualização do corpo docente ao nível do conhecimento do conteúdo necessário à concretização dos programas.</p> <p>Também com vista à consolidação da revisão curricular e desenvolvimento das competências dos professores decorre desde o início do ano letivo 2014/2015 a preparação da profissionalização em serviço, em estreita colaboração com as autoridades competentes.</p> <p>Das atividades previstas para o reforço das competências dos professores, apenas a colaboração com os bacharelados promovidos pelo então ISP e atual Universidade de S. Tomé e Príncipe, não teve lugar, por indisponibilidade financeira da instituição superior de ensino para avançar com os cursos. Está previsto o arranque dos bacharelados para o início de 2015.</p> <p>Ainda ao nível da revisão curricular de destacar as cinco sessões de esclarecimento realizadas em</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶	ACEITE OU REJEITADA ⁷	JUSTIFICAÇÃO ⁸	SEGUIMENTO ⁹
<p>4. Equacionar, neste âmbito, a possibilidade de selecionar, por concurso, uma instituição de ensino superior portuguesa, que enquadre e apoie a intervenção dos professores cooperantes no sistema educativo santomense.</p>	<p>IMVF</p>	<p>Aceite</p>	<p>Aceite apenas no que ultrapassa a prática letiva, por exemplo na formação e capacitação dos professores santomenses.</p>	<p>várias escolas do país, sobre o sistema de avaliação introduzido durante a primeira fase do projeto.</p> <p>A partir do segundo ano do projeto, a equipa viria a optar pela contratação de uma coordenadora pedagógica, com doutoramento e experiência comprovada ao nível da didática e da formação de professores.</p> <p>Esta solução tem a mais-valia, em relação à contratação de uma escola superior de educação, de ser economicamente mais eficiente e acima de tudo, de possibilitar uma assistência técnica em permanência e adequada aos contextos específicos de ensino aprendizagem.</p> <p>Adicionalmente, e a partir do mesmo ano letivo, este reforço foi complementado pela construção de uma rede de professores com formação diferenciada (a quase totalidade com doutoramento específico na área das disciplinas) que voluntariamente, à distância e em conjunto com a Coordenadora Pedagógica apoiam na revisão científica dos conteúdos das formações específicas e na sua adequação aos programas propostos pela revisão curricular e contextos de ensino/ aprendizagem. Ao nível da língua portuguesa foi estabelecida uma parceria diretamente com o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua.</p>

<p>5. Assegurar a atualização científica e pedagógica, através de formação creditada, dos professores cooperantes portugueses.</p>	<p>IMVF</p>	<p>Aceite</p>	<p>Proporcionar e não assegurar a atualização científica e pedagógica. Os professores cooperantes portugueses contratados são profissionais atualizados e devem ter o mesmo tratamento dos professores contratados que lecionam em Portugal.</p>	<p>A partir do segundo ano do projeto os professores passaram a contar com o apoio, em permanência da Coordenadora Pedagógica. Complementarmente, estes professores contam com o apoio da rede de professores com formação científica diferenciada (ver comentário acima) que prestam apoio à distância e através da mediação da Coordenadora Pedagógica. Esta ações não sendo creditadas, e tendo um carácter informal, não deixam por isso de contribuir para a atualização científica e pedagógica dos professores do projeto.</p> <p>Adicionalmente, está a ser considerada a possibilidade, de se realizar uma ação de formação em supervisão pedagógica, no terceiro ano de projeto, que terá a Coordenadora Pedagógica como formadora, e o Camões Instituto da Cooperação e da Língua como entidade certificadora tendo em vista a atualização e reforço das competências dos professores cooperantes neste domínio.</p>
<p>6. Proporcionar uma formação de base linguística para os professores, por se entender que o estudo e o trabalho com e sobre a língua na aprendizagem dos conteúdos curriculares é de grande utilidade para o desenvolvimento linguístico dos professores e um contributo fundamental para o sucesso escolar dos alunos.</p>	<p>DSC/DAB</p>	<p>Aceite</p>		<p>A DAB promoveu a participação da DSLC no projeto através colaboração desta DS nas formações relativas à Língua Portuguesa, o que se revelou um contributo técnico muito importante.</p>

	IMVF	Aceite	Nesse sentido, o IMVF manteve na segunda fase do projeto Escola +, o apoio à formação contínua dos professores são-tomenses, no âmbito da qual se inclui o reforço das competências pedagógicas, o reforço da Língua Portuguesa e atualizações científicas em todas as áreas disciplinares.	Como já foi referido acima, esta recomendação tem sido concretizada através das ações de formação em práticas de escrita, que no segundo ano do projeto vão na sua segunda edição, estando em curso a preparação da ação de Práticas de escrita II a ser implementada em 2015/16. Também o facto de o Instituto insistir na contratação de um professor de língua portuguesa para a Região Autónoma do Príncipe-RAP (e outro de matemática) espelham bem esta preocupação. Esta atividade será reforçada, a partir do segundo ano de projeto com as deslocações do metodólogo de língua portuguesa às escolas da RAP (à semelhança do que já acontece em S. Tomé).
7. Prosseguir no apoio de melhoria das condições de habitabilidade e preservação das instalações e equipamentos do KE MESE e atualização do seu acervo documental.	IMVF	Aceite	O IMVF, em estreita colaboração com os vários professores cooperantes, continuará a procurar apoios complementares no apetrechamento da KE MESE e de outras bibliotecas escolares, à semelhança do que foi feito durante os 4 anos de projeto.	O Ke Messe foi apropriado pelo Liceu nacional, cabendo a esta instituição a gestão mais adequada à capacidade financeira e necessidades do estabelecimento de ensino.
8. Prosseguir no apoio institucional ao ISP de STP no que se refere ao complemento de formação de docentes bacharéis do ES nas áreas carenciadas deste subsistema.	DSC/DAB	Aceite	Continua a colaboração com os bacharelados do ISP no Príncipe	O ISP – agora convertido em Universidade de S. Tomé e Príncipe – é parceiro do ESCOLA+ em diversas atividades. Por seu lado, o projeto disponibilizou a colaboração dos dois professores colocados no Príncipe para a lecionação de disciplinas do bacharelato.

	IMVF	Aceite		<p>A proposta inicialmente apresentada ao Camões previa a abertura de novas licenciaturas em inglês, educação visual e oficial e educação, por serem estas as áreas disciplinas com menos professores com formação ao nível do ensino secundário. No entanto, devido a limitações financeiras, não foi possível integrar a atividade no projeto.</p> <p>Adicionalmente e como já foi referido acima, apesar da disponibilidade do projeto Escola+ para colaborar na realização destes bacharelatos na Região Autónoma do Príncipe, eles não viriam a arrancar por indisponibilidade financeira do então ISP. Esta colaboração seria concretizada através da lecionação de disciplinas por parte dos professores cooperantes de matemática e de língua portuguesa colocados na Região Autónoma do Príncipe.</p>
<p>9. Reforçar o processo de gestão descentralizada e a autonomia das escolas, promovendo a formação dos membros das direções sem formação específica e a formação de pessoal administrativo em domínios prioritários, nomeadamente legislação, informática, contabilidade e do pessoal auxiliar, para que este último possa colaborar efetivamente no apoio aos alunos e na manutenção das escolas.</p>	DSC/DAB	Aceite	<p>É uma das vertentes da segunda fase do projeto já em curso.</p>	<p>Está prevista para 2015 formação para o Departamento de Planeamento da Direção do Ensino Secundário</p>

	IMVF	Aceite	<p>Nesse sentido, o IMVF incluiu na proposta para a segunda fase do projeto, o reforço das capacidades de gestão e acompanhamento dos serviços centrais do Ministério da Educação, procurando assim garantir uma crescente autonomia na gestão e apropriação das reformas introduzidas.</p>	<p>Como já foi referido acima, na coluna da justificação, o apoio ao nível dos serviços centrais do Ministério da Educação, ao qual está associado o apoio à gestão das escolas, está previsto para ter início no segundo ano do projeto. Ainda assim, e no decurso do primeiro ano foi prestado apoio pontual às direções das escolas secundárias. Esta assistência debruçou-se sobre a organização dos horários, currículos dos cursos, formação dos professores e a disponibilidade dos textos de apoio.</p> <p>Foi também prestado apoio para a implementação do Despacho 47/GMECF/2013, que estabelece o regime de organização e funcionamento dos serviços administrativos.</p>
--	------	--------	---	---

<p>10. Prosseguir no apoio à expansão do ensino profissionalizante (profissional e profissionalmente qualificante) disseminando-o por outras escolas e diversificando os cursos de acordo com as necessidades nacionais e locais e promovendo deste modo a empregabilidade dos alunos que terminam o ES e o desenvolvimento da economia de STP.</p>	<p>IMVF</p>	<p>Aceite</p>	<p>O ensino profissionalizante (profissional e profissionalmente qualificante) é a grande novidade da intervenção do Escola+. Retirar-lhe o apoio significa voltar “quase tudo” ao início.</p>	<p>Eixo não aprovado no quadro da segunda fase do projeto.</p> <p>De destacar no entanto, o processo de apropriação conduzido no quadro da fase I do projeto, já que ainda no ano letivo 2010/2011 se assistiu à transferência da gestão dos cursos profissionalmente qualificantes para o Liceu Nacional, a quem coube a decisão de abertura de novos cursos. Também neste ano letivo, foram introduzidos pela primeira vez, os cursos secundários profissionalmente qualificantes no ensino noturno. Desde então, os CSPQ têm vindo a ser geridos pelo Ministério da Educação.</p> <p>Ao contrário dos CSPQ, e com o encerramento do Escola+, não foi dada continuidade aos cursos de educação profissional que representavam a orientação para a vida ativa, ao nível do primeiro ciclo do ensino secundário¹⁰.</p> <p>Não obstante o eixo relativo ao reforço do ensino profissional não ter sido aprovado para financiamento, desde o arranque da segunda fase que a equipa de Coordenação Nacional tem vindo a prestar assistência técnica à Direção do Ensino Secundário e Técnico Profissional na organização e abertura de novos Cursos Profissionais Profissionalmente Qualificantes.</p>
--	-------------	---------------	--	--

¹⁰ A este resultado não é estranho o facto dos cursos secundários profissionalmente qualificantes terem iniciado em data anterior ao Escola+, o que terá possibilitado mais tempo para a sua estabilização e foram criados os mecanismos e instrumentos adequados à sua sustentabilidade.

<p>11. Reforçar a liderança do CICL, enquanto organismo coordenador da Cooperação Portuguesa, promovendo a necessária articulação entre as instituições portuguesas que desenvolvem atividades em outros níveis de ensino, a formação de quadros técnicos do MEC, etc.</p>	DSC/DAB	Aceite	Aceite sem prejuízo do papel fundamental que STP também tem neste preciso.	<p>Realizou-se, em junho de 2014, o Comité Técnico de Acompanhamento do ESCOLA +, no qual participaram o CICL (DSC e DSLC) e a Embaixada. Esta reunião (bianaual) tem por objetivo a divulgação do projeto junto das entidades do sector da educação no sentido de estabelecer sinergias. Realizam-se reuniões regulares com o executor do projeto, nas quais participam a DSC e DSLC. O CICL esteve envolvido no processo de recrutamento de dois docentes e do Coordenador Pedagógico. A DSLC tem dado um contributo específico no que diz respeito á Língua Portuguesa (revisão científica das ações de formação em LP). O CICL participou nas duas missões de acompanhamento do projeto a STP.</p>
	IMVF	Aceite		<p>Embora reconhecendo o papel do Camões neste processo, a segunda fase do projeto Escola +, instituiu a realização periódica de Comités de Acompanhamento com o objetivo de possibilitar a coordenação entre vários atores com intervenção no setor da educação, incluindo de instituições portuguesas, como é o caso da Gulbenkian que a partir de Setembro de 2014 passou a contar com uma assistente técnica para a área do ensino básico em permanência, no país.</p>
<p>12. Colaborar com as autoridades santomenses na articulação das ações da cooperação portuguesa com as de outros doadores no setor da educação e outros, fomentando sinergias que concorram para resultados mais eficientes a favor do setor educativo do país.</p>	DSC/DAB	Aceite		<p>Não existem outros doadores neste sector.</p>

	IMVF	Aceite	<p>Como já foi referido, a criação do Comité de Acompanhamento contribuiu para este resultado. São convidadas a participar nas reuniões do Comité de Acompanhamento as instituições de educação nacionais que direta ou indiretamente trabalham com o projeto, assim como outros doadores.</p> <p>Ao nível das instituições nacionais participaram no primeiro Comité de Acompanhamento a Direção do Ensino Secundário e Técnico-Profissional a Direção do Planeamento e Inovação Educativa - DPIE, a Direção de Administração Educativa, a Direção do Ensino Básico, a Direção do Ensino Superior, a Inspeção-Geral de Educação, o Gabinete de Assessoria ao Ministro, mas também Direção Administrativa e Financeira e Direção do Trabalho do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais.</p> <p>Foi igualmente endereçado um convite ao Presidente do Instituto Superior Politécnico de São Tomé e Príncipe, que acabaria por não vir a participar no Comité. Ainda assim, têm vindo a ser realizadas reuniões periódicas com o então ISP, agora Universidade de S. Tomé e Príncipe com quem o projeto colabora na implementação de algumas atividades. Esta regularidade ao nível dos encontros verifica-se aliás, também em relação à colaboração com a Direção de Ensino Secundário e DPIE.</p> <p>Na primeira reunião do Comité de Acompanhamento do Escola+ foi endereçado um convite ao PNUD, embora não tivesse comparecido nenhum representante desta instituição.</p>
--	------	--------	---

<p>13. Incluir a Gestão de Risco, na conceção de uma eventual 2ª. Fase do Projeto Escola+ e nas intervenções do Projeto, como forma de aumentar a qualidade da ajuda.</p>	DSC/DAB	Aceite		<p>Nesta segunda fase existe uma preocupação muito particular com o envolvimento da contraparte são-tomense, sobretudo ao nível da Direção do Ensino Secundário, de modo a promover uma maior apropriação. Contudo, a instabilidade política que caracteriza o país tem dificultado este esforço. As mudanças ao nível do Executivo repercutem-se, por exemplo, na direção das escolas.</p>
	IMVF	Aceite	<p>A elaboração do referido <i>Plano Operacional do Ensino Secundário</i> tem como base uma análise dos principais desafios, constrangimentos e riscos do Sistema de Ensino Secundário. O IMVF concorda com a importância da inclusão de sistemas de gestão de risco em qualquer fase de implementação do projeto mas reconhece que a gestão e mitigação dos riscos setoriais – numa abordagem macro do setor da educação – ultrapassa a responsabilidade do Escola+ ou da Cooperação Portuguesa, sendo a sua resolução/mitigação da responsabilidade do Ministério da tutela são-tomense.</p> <p>Por outro lado, o Escola+/Cooperação Portuguesa deverá assumir a gestão e mitigação de quaisquer riscos que decorram da implementação direta do projeto, estando, naturalmente, a sua capacidade de mitigação condicionada pela disponibilidade orçamental do projeto.</p>	<p>Reitera-se o que já foi referido no comentário.</p>
<p>14. Realizar um acompanhamento mais estreito e eficaz do contributo da Cooperação Portuguesa para os ODM em STP, nomeadamente nos objetivos que dizem especificamente respeito à educação.</p>	DSC/DAB	Aceite		<p>Monitoria mensal com dados estatísticos e informação qualitativa. No entanto, não é feito um acompanhamento na ótica da contribuição para os ODM, mas antes para o objetivo do projeto.</p>

	IMVF	Aceite		<p>Os ODM mais diretamente relacionados com o setor da educação são o segundo e o terceiro nomeadamente:</p> <p>ODM 2:Alcançar o ensino primário universal, a que está associada a meta de garantir que todos os rapazes e raparigas terminem o ciclo completo do ensino primário;</p> <p>ODM 3: Promover a igualdade do género e a autonomização da mulher, ao qual está associado a meta que consiste na eliminação de disparidades de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005 e em todos os níveis até 2015</p> <p>O primeiro objetivo diz pouco ao Escola+ que é centrado no ensino secundário. Em todo o caso não deixa de ser assinalável que em 2009 a taxa bruta de escolarização para o primeiro ciclo do ensino secundário era de 58%,¹¹ tendo passado em 2012/ 2013 para 63%¹² incluindo o primeiro e segundo ciclo do ensino secundário.</p> <p>Já relativamente à participação das mulheres no ensino secundário não têm sido apurados dados por género, prática que se procurará passar a introduzir.</p>
<p>15. Ter sempre em atenção, no setor da educação, a necessidade de adaptar as intervenções às especificidades do país, incluindo a situação linguística.</p>	DSC/DAB	Aceite		<p>Esta 2ª fase do projeto centra-se na consolidação da reforma curricular efetuada na 1ª fase, cuja principal preocupação foi a adaptação dos currículos à realidade são-tomense.</p>

¹¹ Dados do Ministério da Educação de S. Tomé e Príncipe

¹² Dado do projeto, na ausência de dados publicados pelo Ministério da Educação.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ⁶	ACEITE OU REJEITADA ⁷	JUSTIFICAÇÃO ⁸	SEGUIMENTO ⁹
	IMVF	Aceite	E à situação socioeconómica, não ignorando formação profissional com reflexo no futuro dos jovens e do País.	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	JUSTIFICAÇÃO	SEGUIMENTO
À COOPERAÇÃO PORTUGUESA E ÀS AUTORIDADES SANTOMENSES				
36. Promover a harmonização e articulação entre diversos setores, nomeadamente nos da saúde, da educação e do trabalho.	IMVF	Aceite	-	Como já foi referido, para além das instituições nacionais e de cooperação que colaboram com o país no setor da educação participaram ainda no Comité de Acompanhamento outras instituições pertencentes a setores próximos como o setor da saúde e do trabalho, mais concretamente a Direção Administrativa e Financeira e a Direção do Trabalho do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais.
37. Ter em consideração as Decisões da VII Reunião de Ministros da Educação da CPLP, em que se reafirma a importância do desenvolvimento das competências técnicas e profissionais, por via do Ensino Técnico Profissional.	IMVF	Aceite	-	O eixo relativo ao reforço do ensino técnico-profissional não foi aceite para financiamento.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	JUSTIFICAÇÃO	SEGUIMENTO
<p>38. Continuar a promover o reforço e melhoramento do parque escolar: construindo novas escolas, fornecendo-lhes água e melhorando as instalações sanitárias de todas as escolas, assim como as áreas de estudo e de convívio e os acessos e transportes para as mesmas. Para tal, a Cooperação Portuguesa deverá colaborar com o MEC, no sentido de se encontrar financiamento de várias origens.</p>	IMVF	Aceite	A equipa de coordenação do projeto <i>Escola +</i> assegurou já um levantamento das principais necessidades de reabilitação e equipamento das escolas secundárias que poderá apoiar na definição de prioridades de investimento e procura de financiamentos complementares.	Eixo relativo ao reforço do parque escolar não foi aceite para financiamento.
<p>39. Elaborar um documento pormenorizado de caracterização do ES de STP que considere, atualizando, alguns dos dados fornecidos pela avaliação do Projeto Escola + e outros complementares e identificadores da realidade do país.</p>	IMVF	Aceite	-	Foi montado um sistema de monitoria do projeto, que para além de ter apurado dados de base, possibilita o apuramento de dados que permitem medir o progresso relativamente aos resultados inicialmente identificados. Espera-se que os resultados, e os indicadores permitam medir as mudanças induzidas pelo projeto ao nível do ensino secundário.
<p>40. Elaborar um Plano Operacional de Intervenção para os próximos 4 anos para assegurar a continuidade do trabalho desenvolvido e sustentabilidade das inovações introduzidas no ES.</p>	IMVF	Aceite	-	Foi elaborado e apresentado ao Camões, Instituto da Cooperação e da Língua.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	JUSTIFICAÇÃO	SEGUIMENTO
<p>41. Promover, no prazo de 2 anos, uma avaliação do novo currículo e dos textos de apoio mediante um inquérito feito a gestores, professores dos vários níveis de ensino, alunos, encarregados de educação e empregadores.</p>	IMVF	Aceite	<p>A segunda Fase do Projeto <i>Escola +</i> prevê um momento de avaliação externa final que poderá, caso o C-ICL concorde, ser repartido em momentos de avaliação intermédios, ao longo dos quatro anos da ação, dando assim pistas para melhor orientação das atividades a meio percurso.</p>	<p>Esta possibilidade está a ser avaliada pelo IMVF, Ministério da Educação e Camões, Instituto da Cooperação e da Língua.</p>
<p>42. Promover uma melhor articulação entre uma eventual 2ª fase do Projeto e as estruturas do MEC, de forma que, no final dos próximos 4 anos, tenha sido conseguida uma apropriação de todo o trabalho realizado pelas autoridades santomenses que deverão assegurar a sua continuidade.</p>	DSC/DAB	Aceite	<p>A 2ª fase do projeto contempla uma vertente de reforço da capacidade institucional do Ministério da Educação e das Escolas</p>	<p>A instabilidade política, com a consequente indefinição quanto aos interlocutores, tem constituído um constrangimento. De qualquer forma, o projeto tem trabalhado de forma regular com a Direção do Ensino Secundário, integrando os seus contributos na planificação e programação de atividades.</p>
	IMVF	Aceite	<p>Neste sentido, o IMVF propôs para a segunda fase do Projeto, o reforço das capacidades de gestão e acompanhamento dos serviços centrais do Ministério da Educação, procurando assim garantir uma crescente apropriação e sustentabilidade das reformas introduzidas.</p>	<p>Com a segunda fase do projeto foi concebido um conjunto de atividades tendo em vista o reforço da capacidade dos serviços centrais do Ministério da Educação, mas também a apropriação do projeto.</p> <p>Estas atividades consistem na:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de reuniões regulares do Comité de Acompanhamento; • No reforço da capacidade da Direção do Ensino Secundário e Técnico Profissional; • No reforço da capacidade da Direção de Planeamento e Inovação Educativa e; • No reforço do setor metodológico. <p>O principal objetivo com a criação dos Comités</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	JUSTIFICAÇÃO	SEGUIMENTO
<p>35. Realizar a divulgação da eventual 2ª fase do Escola + nos media e realizar reuniões nas escolas em que estejam presentes representantes das autoridades locais, a direção e administração das escolas, professores, alunos, encarregados de educação e empregadores locais.</p>	<p>IMVF</p>	<p>Aceite</p>		<p>de Acompanhamento tem sido exatamente o de possibilitar um conhecimento aprofundado e um acompanhamento mais estreito do projeto pelos vários setores da educação. Esta medida de apropriação é completada, como já foi referido, pela realização de reuniões regulares com a Direção do Ensino Secundário e DPIE.</p> <p>As outras três atividades permitirão levar o Escola + para “dentro do Ministério”, através do contacto direto e do trabalho a “quatro mãos” com os metodólogos, mas também na identificação de ações de formação e assistência técnica a proporcionar às duas direções de ensino. Esta aproximação tem-se revelado fundamental na construção de um diálogo construtivo que tem aproximado projeto e estruturas centrais.</p>
				<p>A aprovação do projeto viria a ter lugar apenas em novembro de 2013, dois meses depois do início do ano letivo, quando arrancou no terreno a segunda fase do Escola +, por forma a não comprometer a transição bem-sucedida entre a primeira e a segunda fase do projeto. Isto explica o motivo por que não foi possível realizar a divulgação simultaneamente com o arranque do projeto.</p> <p>A comunicação tem sido, não obstante um elemento significativo na implementação do projeto.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL	ACEITE OU REJEITADA	JUSTIFICAÇÃO	SEGUIMENTO
				<p>A fim de divulgar as ações formativas proporcionadas pelo projeto têm sido promovidas deslocações às escolas pela equipa de coordenação, e realizadas reuniões com os gestores escolares para posterior divulgação nas suas escolas. Estes encontros são completados por material de divulgação como cartazes e folhetos.</p> <p>Também com a finalidade de levar o conhecimento do Escola+, fase II às escolas e comunidade escolar em geral foi realizada uma sessão pública em junho de 2014, na qual foram convidados a participar associações de pais, professores, gestores escolares, ministério da execução, sindicatos, ISP e outras instituições de ensino superior, embaixadas com representação em S. Tomé e Príncipe. Nesta reunião foram apresentadas as atividades do projeto, com um balanço das atividades implementadas e por implementar.</p>